

ATA DA 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA COLEGIADA DO DNIT DE 2024

No décimo dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, com início às quinze horas e nove minutos, na Sede do DNIT em Brasília/DF, realizou-se a Quadragésima Oitava Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada do ano de 2024, sob a presidência do Senhor Fabricio de Oliveira Galvão – Diretor Geral do DNIT. Estiveram presentes os Senhores Carlos Antônio Rocha de Barros – Diretor Executivo; Bráulio Fernando Lucena Borba Júnior – Diretor de Infraestrutura Rodoviária Substituto; Marcos de Brito Campos Júnior – Diretor de Administração e Finanças; Erick Moura de Medeiros – Diretor de Infraestrutura Aquaviária. Participaram, por videoconferência, os Senhores Luiz Guilherme Rodrigues de Mello – Diretor de Planejamento e Pesquisa; José Eduardo Guidi – Diretor de Infraestrutura Ferroviária; e Ebert Gustavo Ribeiro – Ouvidor do DNIT. Como convidados, participaram a Senhora Lídia Lopes Martins – Coordenadora-Geral de Integridade; e os Senhores Júlio César Barbosa Melo – Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao DNIT; Arthur Kelsen de Oliveira Macêdo – Corregedor do DNIT; Wilson Dias Almeida Junior – Chefe do Serviço Especializado de Auditoria; e Marcos Learth Soares – Gerente de Projetos e Ordenador de Despesas do DNIT Substituto. O Diretor Geral iniciou a ordem do dia pelo exame do **Item 1. Relatos encaminhados pelas Diretorias Setoriais do DNIT**, quando passou a palavra ao Diretor Executivo que apresentou os seguintes assuntos: **Relato Conjunto n.º 220/2024/DIREX-DAQ – Processo n.º 50600.014864/2024-01** – Assunto: Pedido de aprovação de minuta de edital e abertura de processo licitatório, a ser realizado na modalidade de Concorrência, com modo de disputa fechado e critério de julgamento técnica e preço, no regime de execução de empreitada por preço unitário, visando contratar empresa para realizar o levantamento hidrográfico, supervisão da execução do Plano de Dragagem de Manutenção Aquaviária – PADMA e sinalização náutica de monitoramento ambiental do Rio Solimões (HN-132), entre as cidades de Coari e Codajás, no estado do Amazonas, lote único. O valor estimado é de R\$19.993.075,50 (dezenove milhões, novecentos e noventa e três mil, setenta e cinco reais e cinquenta centavos). Os prazos de execução e vigência serão de 60 e 66 meses, respectivamente. **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. **Relato n.º 225/2024/DIREX – Processo n.º 50600.001267/2024-17** – Assunto: Pedido de autorização para ratificar a adjudicação e a homologação de licitação relativa ao Edital n.º 355/2024, realizada por pregão, na forma eletrônica, visando contratar empresa para prestar serviços técnicos especializados, de níveis médio e superior, em apoio à Coordenação-Geral de Operações Rodoviárias - CGPERT e às unidades a ela subordinadas, na Sede do DNIT em Brasília/DF. O vencedor foi o Consórcio T&S-SISCON-ÚNICA pelo valor de R\$48.070.796,23 (quarenta e oito milhões, setenta mil, setecentos e noventa e seis reais e vinte e três centavos). **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. O Comitê observou que as penalidades relativas ao impedimento e suspensão de licitar e contratar, aplicadas à empresa T&S Engenharia Telemática e Sistema Ltda., foram encerradas. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. **Relato n.º 233/2024/DIREX – Processo n.º 50600.035025/2023-38** – Assunto: Pedido de autorização para ratificar a adjudicação e a homologação dos itens 2 e 19 de licitação relativa ao Edital n.º 614/2023, realizada por pregão, na forma eletrônica, visando contratar empresa ou consórcio de empresa para executar serviços de implantação e manutenção de dispositivos de segurança e de sinalização rodoviária, no âmbito do Programa BR-LEGAL 2, subdividido em 21 lotes, nos estados de Amapá, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Piauí, Roraima e Tocantins, totalizando 8.618 quilômetros de extensão. As vencedoras para os itens 2 (lote 10/Bahia) e 19 (lote 1/Tocantins), foram as empresas Alta Noroeste Sinalização Viária Ltda. e SN Sinalizadora Nacional e Serviços Ltda. pelos valores de R\$39.079.966,64 (trinta e nove milhões, setenta e nove mil, novecentos e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos) e R\$41.799.747,79 (quarenta e um milhões, setecentos e noventa e nove mil, setecentos e quarenta e sete reais e setenta e nove centavos), respectivamente. Os prazos de vigência e execução serão de 60 meses. *Não foi realizada análise de risco do referido assunto pelo Comitê de Governança, Estratégia e Riscos – CGER.* **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. **Relato n.º 234/2024/DIREX – Processo n.º 50600.015632/2023-81** – Assunto: Pedido de autorização para ratificar a adjudicação e a homologação dos lotes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25 e 26 de licitação relativa ao Edital n.º 475/2023, realizada por pregão, na forma eletrônica, visando contratar empresa ou

consórcio de empresas para executar serviços de implantação e manutenção de dispositivos de segurança e de sinalização rodoviária, no âmbito do Programa BR-LEGAL 2, subdividido em 26 lotes, nos estados de Alagoas, Bahia, Maranhão, Paraíba e Pernambuco, totalizando 11.045 quilômetros de extensão. Os licitantes vencedores e as demais informações sobre os lotes a serem homologados estão discriminados a seguir:-----

Item/lote	Estado	Empresa/Consórcio vencedor	Valor
1 – lote 1	Alagoas	Jardiplan Urbanização e Paisagismo Ltda.	R\$56.857.500,00
2 – lote 2	Alagoas	Sirga Engenharia e Controle de Qualidade Ltda.	R\$37.449.999,96
3 – lote 1	Bahia	Consórcio SINALVIDA-LED	R\$55.567.400,00
4 – lote 2	Bahia	Consórcio BR Segura	R\$38.902.499,99
5 – lote 3	Bahia	SINALMIG Sinais e Sistemas Ltda.	R\$47.780.250,00
6 – lote 4	Bahia	SINASC Sinalização e Construção de Rodovias Ltda.	R\$110.667.000,00
7 – lote 5	Bahia	Consórcio SN & Alta	R\$66.639.986,42
8 – lote 6	Bahia	Consórcio SINALVIDA-LED	R\$33.628.700,00
9 – lote 7	Bahia	Consórcio BR Segura	R\$32.318.999,50
10 – lote 8	Bahia	Consórcio BR Segura	R\$46.802.699,99
11 – lote 9	Bahia	SINALMIG Sinais e Sistemas Ltda.	R\$23.434.129,00
12 – lote 1	Maranhão	Fase de recurso	-
13 – lote 2	Maranhão	Consórcio BR Segura	R\$29.330.912,93
14 – lote 3	Maranhão	Consórcio BR Segura	R\$53.366.250,00
15 – lote 4	Maranhão	Consórcio SN & Alta	R\$45.864.999,12
16 – lote 5	Maranhão	Fase de recurso	-
17 – lote 6	Maranhão	Fase de recurso	-
18 – lote 7	Maranhão	Consórcio BR-Paulista	R\$50.143.658,39
19 – lote 1	Paraíba	Consórcio Bahia Sinalizadora	R\$118.256.236,00
20 – lote 2	Paraíba	Trigonal Sinalização Viária Ltda.	R\$119.199.670,91
21 – lote 3	Paraíba	Fase de recurso	-
22 – lote 1	Pernambuco	Consórcio Segurança Viária	R\$113.022.941,48
23 – lote 2	Pernambuco	Esse Engenharia Sinalização e Serviços Especiais Ltda.	R\$62.000.000,00
24 – lote 3	Pernambuco	Esse Engenharia Sinalização e Serviços Especiais Ltda.	R\$67.700.000,00
25 – lote 4	Pernambuco	Consórcio SN & Alta	R\$68.649.995,05
26 – lote 5	Pernambuco	Faixa Sinalização Viária Ltda.	R\$60.770.000,00

O valor total alcançado para todos os lotes foi de R\$1.338.353.828,74 (um bilhão, trezentos e trinta e oito milhões, trezentos e cinquenta e três mil, oitocentos e vinte e oito reais e setenta e quatro centavos), correspondendo a um desconto total de 31,83% em relação ao valor total estimado. *Não foi realizada análise de risco do referido assunto pelo Comitê de Governança, Estratégia e Riscos – CGER. DELIBERAÇÃO: APROVADO. Relato n.º 237/2024/DIREX – Processo n.º 50600.037938/2023-99 – Assunto: Pedido de aprovação de Portaria que autoriza o Superintendente Regional no estado de Rondônia a conduzir os procedimentos necessários para realizar as licitações da Superintendência Regional no estado de Roraima, em todas as suas fases, inclusive a preparatória, visando à contratação de empresas, prevista na Portaria n.º 4012, de 12 de julho de 2022, até que os achados de Auditoria correspondentes à Ordem de Auditoria n.º 06/2023 sejam elididos; e de revogação da Portaria n.º 2580, de 22 de maio de 2024. Não foi realizada análise de risco do referido assunto pelo Comitê de Governança, Estratégia e Riscos – CGER. DELIBERAÇÃO:*

APROVADO. Relatadas as matérias da Diretoria Executiva, o Diretor Geral passou a palavra ao Diretor de Infraestrutura Rodoviária Substituto, que apresentou os seguintes assuntos: **Relato n.º 193/2024/DIR – Processo n.º 50610.002137/2015-83** – Assunto: Delegação de competência ao Superintendente Regional no estado do Rio Grande do Sul para aprovar a terceira Revisão de Projeto em Fase de Obras – 3ª RPFO, com reflexo financeiro positivo e aumento de valor de R\$6.646.110,03 (seis milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, cento e dez reais e três centavos); e para aprovar, lavrar, assinar e publicar o respectivo termo aditivo, referente ao Contrato n.º 10 01138/2014, firmado com o Consórcio Cidade-Geotec Passarela BR-116, visando à elaboração dos projetos básico e executivo de engenharia e à execução das obras de melhoramentos físicos e de segurança de tráfego na rodovia BR-116/RS, lote 2. **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. **Relato n.º 194/2024/DIR – Processo n.º 50600.040149/2021-73** – Assunto: Pedido de autorização para convalidar todos os atos praticados pelo Superintendente Regional no estado de Pernambuco relativos à celebração do primeiro termo aditivo para rerratificação e alteração da cláusula sétima, referente ao Contrato n.º 04 0260/2021, firmado com o Consórcio LCM-BTEC-CONTÉCNICA para prestar serviços de engenharia, incluindo a elaboração dos projetos ambientais e a execução de obras de duplicação e adequação da rodovia BR-423/PE, lote 1. **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. O Comitê observou que as penalidades relativas ao impedimento e suspensão de licitar e contratar, aplicadas à empresa Contécnica Consultoria Técnica S.A., foram encerradas. A empresa LCM Construção e Comércio S.A. sofreu penalidades aplicadas pela Prefeitura Municipal de Jaru/RO, as quais se encerrarão em 17/08/2025, conforme Relatório de Ocorrências Ativas - SICAF. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. **Relato n.º 195/2024/DIR – Processo n.º 50610.007048/2018-76** – Assunto: Quarto termo aditivo para alteração de valor proposta para o Plano de Trabalho, em decorrência da segunda Revisão de Projeto em Fase de Obras - 2ª RPFO; dos 3º, 4º, 5º, 6º e 7º reajustamentos; e do reequilíbrio econômico financeiro de insumos asfálticos, totalizando um aumento de valor de R\$52.610.072,97 (cinquenta e dois milhões, seiscentos e dez mil, setenta e dois reais e noventa e sete centavos), referente ao Termo de Execução Descentralizada n.º 919/2018, firmado com o Ministério da Defesa - Comando do Exército, mediado pelo Departamento de Engenharia e Construção - DEC, para realizar as obras prioritárias de melhorias de capacidade da rodovia BR-116/RS, incluindo a duplicação e os serviços remanescentes dos lotes 1 e 2. **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. Relatadas as matérias da Diretoria de Infraestrutura Rodoviária, o Diretor Geral passou a palavra ao Diretor de Planejamento e Pesquisa, que apresentou os seguintes assuntos: **Relato n.º 186/2024/DPP – Processo n.º 50600.014238/2013-54** – Assunto: Décimo primeiro termo aditivo para prorrogação de prazo de ofício, por mais 12 meses, sem reflexo financeiro, referente ao Termo de Ajustamento de Conduta s/n.º, firmado com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, visando estabelecer as medidas necessárias para a regularização do processo de licenciamento ambiental relativo às obras de pavimentação das rodovias BR-434/PB e BR-426/PB e implantação e pavimentação da rodovia BR-405/PB, realizadas sem a devida autorização do IPHAN; e para estabelecer as medidas compensatórias em virtude dos danos causados ao patrimônio arqueológico e paleontológico. **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. **Relato n.º 187/2024/DPP – Processo n.º 50600.019132/2017-71** – Assunto: Sétimo termo aditivo para prorrogação de prazo de ofício, por mais 365 dias, sem reflexo financeiro, referente ao Termo de Execução Descentralizado n.º 485/2018, firmado com o Ministério da Saúde - MS, tendo como unidade executora a Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI, visando à adequação das instalações da Casa de Saúde Indígena do município de Novo Progresso, no estado do Pará, proporcionando instalações adequadas às ações de saúde e facilitando a recuperação de seus pacientes. **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. **Relato n.º 196/2024/DPP – Processo n.º 50600.029220/2023-29** – Assunto: Pedido de autorização para realizar a contratação direta da Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia - FDTE, por meio de dispensa de licitação, visando executar serviços técnico-especializados de atualizações no método de dimensionamento de pavimentos rígidos do DNIT. O valor da contratação será de R\$4.411.220,17 (quatro milhões, quatrocentos e onze mil, duzentos e vinte reais e dezessete centavos) e o prazo de vigência, de 36 meses. **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. **DELIBERAÇÃO:** APROVADO. Relatadas as matérias da Diretoria de Planejamento e Pesquisa, o Diretor Geral passou a palavra ao Diretor de Infraestrutura Aquaviária, que apresentou o seguinte assunto: **Relato n.º 67/2024/DAQ – Processo n.º 50600.034473/2024-03** – Assunto: Avocação de competência para que o Diretor de Infraestrutura Aquaviária realize a contratação direta do Consórcio FPM-TAPAJÓS, por meio de dispensa de licitação; represente o

DNIT na lavratura e assinatura do contrato, dos termos aditivos e apostilamentos; analise e aceite os anteprojetos e projetos relativos à execução dos serviços de dragagem emergencial de manutenção aquaviária da Hidrovia do Rio Tapajós (HN-106), compreendendo o trecho situado entre os municípios de Santarém/PA e Itaituba/PA, no estado do Pará. O início da execução dos serviços será em 09/12/2024 e a previsão de término, em 08/10/2025. O valor da proposta foi de R\$32.663.096,49 (trinta e dois milhões, seiscentos e sessenta e três mil, noventa e seis reais e quarenta e nove centavos). **RECOMENDAÇÃO DO CGER:** Risco Baixo e apto a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada. **DELIBERAÇÃO: APROVADO.** No entanto, em face da discussão a respeito do pedido de avocação de competência para que o Diretor de Infraestrutura Aquaviária realize a contratação do Consórcio FPM-TAPAJÓS, por meio de dispensa de licitação; represente o DNIT na lavratura e assinatura do contrato e dos termos aditivos e apostilamentos; analise e aceite os anteprojetos e projetos relativos à execução dos serviços de dragagem emergencial de manutenção aquaviária da Hidrovia do Rio Tapajós (HN-106), compreendendo o trecho situado entre os municípios de Santarém/PA e Itaituba/PA, no estado do Pará, com início da execução dos serviços prevista para 09/12/2024 e término em 08/10/2025, pelo valor de R\$32.663.096,49, **RESTOU DETERMINADO** que a Diretoria de Infraestrutura Aquaviária: **a)** inclua no Contrato a ser celebrado cláusula resolutiva com previsão de encerramento do instrumento tão logo seja realizado procedimento licitatório para contratação do Plano de Dragagem de Manutenção Aquaviária – PADMA referente ao citado trecho, conforme a legislação que rege a matéria; **b)** dê celeridade ao desenvolvimento da metodologia adequada para esse tipo de contratação, visando à formatação de termos de referência e editais específicos para a prestação desses serviços; **c)** promova a descontinuidade da execução dos serviços em caráter emergencial tão logo a hidrovia esteja em condições navegáveis sem a necessidade de dragagem emergencial; **d)** realize o acompanhamento próximo e estrito da execução do contrato para verificar a real necessidade de continuação dos serviços ou de descontinuidade desses, visando promover uma solução definitiva para casos similares ao do tema em comento e resguardar a Diretoria do DNIT de eventuais questionamentos e responsabilizações; **e)** insira no presente pedido a avocação de competência também para contratação dos serviços de supervisão da supramencionada dragagem. Em seguida, o Diretor Geral passou ao exame do **item 2. Aprovação e assinatura da Ata da 47ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, datada de 03 de dezembro de 2024.** Os membros do Colegiado não manifestaram oposição ao conteúdo da Ata e a aprovaram. A Ata foi então disponibilizada no Sistema Eletrônico de Informações do DNIT – SEI/DNIT para assinatura dos participantes. Os Relatos apresentados nesta Reunião têm os seus conteúdos integrais registrados no bojo dos processos administrativos mencionados nesta Ata, os quais se encontram arquivados e disponíveis no SEI/DNIT. A Planilha de Avaliação de Riscos, relativa aos assuntos aqui tratados, compõe anexo desta Ata, estando disponível também no SEI/DNIT, por meio do documento SEI n.º 19729688. Nada mais havendo a tratar, o Diretor Geral encerrou a reunião às dezesseis horas e um minuto, da qual eu, Marcela Braz do Couto, Secretária da Diretoria Colegiada, lavrei a presente Ata, que é assinada por mim, pelo Diretor Geral e demais membros.-----

(assinado eletronicamente)

Fabricao de Oliveira Galvão

Diretor Geral

(assinado eletronicamente)

Carlos Antônio Rocha de Barros

Diretor Executivo

(assinado eletronicamente)

Bráulio Fernando Lucena Borba Junior

Diretor de Infraestrutura Rodoviária Substituto

(assinado eletronicamente)

Marcos de Brito Campos Júnior

Diretor de Administração e Finanças

(assinado eletronicamente)
Luiz Guilherme Rodrigues de Mello
Diretor de Planejamento e Pesquisa

(assinado eletronicamente)
Erick Moura de Medeiros
Diretor de Infraestrutura Aquaviária

(assinado eletronicamente)
José Eduardo Guidi
Diretor de Infraestrutura Ferroviária

(assinado eletronicamente)
Marcela Braz do Couto
Secretária da Diretoria Colegiada



Documento assinado eletronicamente por **Marcela Braz do Couto, Secretária da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração**, em 18/12/2024, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erick Moura de Medeiros, Diretor(a) de Infraestrutura Aquaviária**, em 18/12/2024, às 18:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabício de Oliveira Galvão, Diretor Geral**, em 19/12/2024, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Eduardo Guidi, Diretor de Infraestrutura Ferroviária**, em 19/12/2024, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Guilherme Rodrigues de Mello, Diretor de Planejamento e Pesquisa**, em 20/12/2024, às 08:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Antônio Rocha de Barros, Diretor-Executivo**, em 20/12/2024, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos de Brito Campos Junior, Diretor de Administração e Finanças**, em 27/12/2024, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Braulio Fernando Lucena Borba Junior, Diretor de Infraestrutura Rodoviária-Substituto(a)**, em 22/01/2025, às 20:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **19819931** e o código CRC **C3EA4F2A**.



Setor de Autarquias Norte | Quadra 3 | Lote A
CEP 70040-902
Brasília/DF |